

Quarta edição do Guia de Cibersegurança fortalece a segurança digital do mercado de capitais

Publicação reúne recomendações essenciais para prevenção, monitoramento e resposta a incidentes cibernéticos

Publicamos a **4ª edição do nosso Guia de Cibersegurança**, documento que consolida as principais recomendações para fortalecer a segurança digital no mercado de capitais. Desde a primeira versão, lançada em 2016, o guia é referência para orientar organizações na implementação de programas robustos de proteção contra ameaças digitais.

+ Baixe o Guia de Cibersegurança

A nova edição reforça a importância de práticas contínuas de prevenção, monitoramento e resposta a incidentes, além de destacar a necessidade de governança e atualização frente a inovações tecnológicas como a inteligência artificial.

“A evolução das ameaças exige que as instituições estejam preparadas para agir com rapidez e eficiência. Nosso objetivo é apoiar o mercado com orientações práticas e atualizadas”, afirma Zeca Doherty, nosso diretor-executivo.

A nova edição apresenta cinco pilares fundamentais para uma estratégia eficaz:

- **Identificação e avaliação de riscos:** o guia reforça que um bom programa começa pelo diagnóstico, o que inclui conhecer os ativos críticos, entender vulnerabilidades e mensurar impactos para definir respostas adequadas.
- **Ações de prevenção e proteção:** controles de acesso, políticas de senhas e medidas para proteger dispositivos e sistemas são essenciais para reduzir vulnerabilidades antes que elas se tornem problemas.
- **Controle, monitoramento e testes:** monitoramento contínuo, inventários atualizados e testes regulares garantem que as defesas estejam funcionando e evoluindo.
- **Plano de resposta:** outra recomendação do documento é ter um plano claro para reagir com agilidade – incluindo estratégias de contingência, comunicação eficiente e equipes preparadas.
- **Governança:** por fim, o material destaca que cibersegurança é cultura. Políticas, comitês e indicadores ajudam a manter tudo atualizado e alinhado às melhores práticas do mercado.

Além das recomendações gerais, o guia indica materiais complementares disponíveis na página Espaço Ciber que aprofundam temas específicos e ajudam as instituições a lidar com desafios cada vez mais complexos.

“A cibersegurança não é um projeto com começo e fim: é um processo contínuo que exige investimento, cultura e colaboração entre todos os agentes do mercado”, completa Doherty.

Agenda de cibersegurança 2025

Com esta publicação, damos continuidade a um ano marcado por avanços significativos na agenda de cibersegurança, com iniciativas voltadas para fortalecer a segurança digital no mercado de capitais.

Entre os destaques de 2025, estão as seguintes publicações:

- **Guia Técnico para Desenvolvimento Seguro de Aplicações**, elaborado em parceria com a PwC Brasil, com recomendações práticas para criar sistemas mais robustos contra ameaças.

- **Orientações para Política de BYOD**, ajudando instituições a implementar o modelo bring your own device (relativo a equipamentos pessoais de seus funcionários) com segurança.
- **Relatório comparativo Brasil vs. mundo**, produzido com apoio da ICI (Instituto de Controle Interno) e do AMCC (Comitê Consultivo de Membros Afiliados) da Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários), mostrou maior engajamento das gestoras brasileiras em criptografia e segurança externa em 2024.

A agenda também incluiu lives e eventos que promoveram diálogo com reguladores e especialistas. Confira alguns destaques:

- **Maio:** Jornada de Inteligência Artificial da Anbima, com reunião aberta sobre os novos desafios cibernéticos em tempos de IA.
- **Junho:** ANBIMA Summit trouxe Mikko Hypponen para discutir como a indústria de investimentos pode se proteger contra fraudes financeiras.
- **Julho:** nosso palco no Rio Innovation Week teve debate sobre “Códigos e confiança: segurança e ciberameaças no sistema digitalizado”.
- **Agosto:** workshop online no #EspaçoCiber sobre plataformas de compartilhamento de informações de incidentes, com Jacques Coelho (FS-ISAC).
- **Setembro:** Core Summit 2025, evento inédito patrocinado pela Anbima, reuniu reguladores e especialistas para debater os rumos da segurança cibernética no Sistema Financeiro Nacional.

Encerrando nossa agenda de 2025, apoiaremos a **11ª edição da Pesquisa Internacional de Segurança Cibernética na Gestão de Recursos**, organizada pelo AMCC (Comitê Consultivo de Membros Afiliados). Em breve, convidaremos as gestoras brasileiras a participar, reforçando nosso compromisso com a integridade e proteção do mercado.

Agro deve atrair investidor estrangeiro para o mercado de capitais, prevê Anbima

Desafios e perspectivas para o financiamento do agronegócio com instrumentos privados foi um dos temas discutidos no evento “O Agro e o Mercado de Capitais”, realizado neste mês em São Paulo

Os desafios e as perspectivas para o financiamento do agronegócio com instrumentos privados, complementando os recursos públicos que estão ficando mais escassos pelo tamanho do setor, foi um dos temas discutidos no **evento “O Agro e o Mercado de Capitais”**, realizado por IBDA (Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio), CVM, IPA (Instituto Pensar Agropecuária), Anbima e B3 neste mês em São Paulo.

No painel sobre a inovação e a evolução do mercado financeiro no agronegócio, a ampliação dos investimentos externos foi um dos caminhos apontados para captar mais recursos para o setor. De acordo com **Flavia Palacios, diretora da Anbima e coordenadora da Comissão de Securitização da associação**, o agronegócio reúne as características necessárias para atrair o capital estrangeiro para o Brasil, com o potencial de “puxar a fila do investidor estrangeiro para as operações no mercado de capitais aqui.”

“O agro tem operações de renda fixa com prazos relativamente curtos, prazos de safra, e isso atrai aquele investidor que quer testar, entender como essa dinâmica [do mercado brasileiro] funciona”, explicou. Outro ponto a favor é o câmbio, já que o setor é um grande exportador. “O agro no Brasil já tem um hedge natural ao dólar, já é naturalmente dolarizado, então isso tira o risco operacional e facilita essa operação”, afirmou. A crescente demanda mundial por títulos sustentáveis representa mais uma vantagem competitiva, na sua avaliação, já que “essa oferta, globalmente falando, não é tão grande quanto o potencial que a gente tem no agro do Brasil”.

“Então quando eu falo que é porta de entrada, eu acho que a gente tem os pontos aqui para o investidor decidir ‘botar o pé’. Uma vez que ele ‘botou, o pé’, ele começa a entender como é a dinâmica de juros no Brasil, a nossa inflação, como ela se comporta, entende a questão da moeda e eventualmente se anima para expandir esse investimento para outros setores”, completou.

O painel teve ainda as análises de Moacir Teixeira, sócio fundador da Ecoagro, Leonardo Rezende, superintendente de Empresas e Mercado de Capitais da B3, José Alves Ribeiro Júnior, sócio do escritório VBSO Advogados, e **Bruno Gomes, superintendente de Securitização e Agronegócio da CVM**, que comentou sobre a nova regra de crowdfunding de investimento que está em consulta pública.

A edição da norma sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte, realizadas com dispensa de registro por meio de plataformas eletrônicas de investimento participativo, vai substituir a Resolução CVM 88 e é uma das prioridades previstas pela autarquia para 2026.

“A gente reconheceu dentro do crowdfunding a pessoa física produtora rural como emissora de valores mobiliários, então vai ser possível que o produtor rural coloque na plataforma de crowdfunding sua CPR [Cédula de Produto Rural]”, comentou, elencando em seguida algumas limitações para as operações previstas na norma. “É um primeiro passo. A gente quer atrair bons produtores rurais, estruturados, que tenham governança, que tenham demonstrações financeiras auditadas, para tentar aproximar esse mundo do mercado de capitais do produtor rural.”

O evento faz parte do projeto AgroCapitais, iniciado em 2022 com o objetivo de conectar agentes das cadeias produtivas do agronegócio e investidores, apresentando novas fontes de financiamento por meio do mercado de capitais. As iniciativas para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, ampliando a interlocução com novos players e outras entidades, fazem parte do Anbima em Ação, um conjunto de medidas que elegemos como prioritárias para o biênio 2025/2026.

Uma das ações na frente educacional foi o lançamento de um guia técnico para estruturadores de títulos com indicações de informações mínimas para análise do produtor rural. O objetivo da publicação é padronizar as informações solicitadas para dar agilidade e mais clareza a operações no mercado de capitais que contem com o produtor rural como originador dos créditos.

Conheça o ANBIMA em Ação

O ANBIMA em Ação é o conjunto das principais iniciativas da Associação para este e o próximo ano. Esse planejamento estratégico foi elaborado a partir de uma ampla consulta aos nossos associados, novos players, reguladores e lideranças da ANBIMA que resultou em uma agenda apoiada em três pilares: representatividade, inteligência de dados e redução do custo de observância. Além das iniciativas sob estes três pilares indicados na consulta, o ANBIMA em Ação 2025-2026 inclui temas que já estão em andamento, seja porque são estratégicos para o mercado ou para o futuro da Associação: sustentabilidade, investimento internacional, finanças digitais, inteligência artificial e educação. Confira cada uma aqui.

Anbima e Cenp assinam acordo para fortalecer modelo de autorregulação

Intenção é compartilhar boas práticas e experiências com fórum que representa o mercado publicitário



Nesta semana firmamos um acordo de cooperação mútua com o Cenp (Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário). O objetivo é reforçar a importância da autorregulação como pilar de desenvolvimento econômico, destacando seu papel na promoção da transparência, da ética e das condições justas de concorrência em setores essenciais para o país – os mercados financeiro e de capitais e o mercado publicitário.

“A parceria entre Anbima e o Cenp comprova que o modelo de autorregulação oferece uma contribuição de grande relevância para a sociedade brasileira, independentemente da atividade econômica”, observa nosso presidente, Carlos André. “As experiências das duas entidades mostram que todos têm a ganhar quando os próprios setores conseguem se alinhar para seguir boas práticas e trabalhar de maneira mais transparente e ética”, acrescenta.

O acordo prevê troca de expertise, compartilhamento de boas práticas e construção de uma agenda comum de trabalho para 2026, voltada ao fortalecimento da governança e da qualificação técnica.

O Cenp tem como propósito zelar pelas relações ético-comerciais que sustentam o ecossistema da publicidade no Brasil. Para isso, reúne as principais entidades e lideranças do setor, representando anunciantes, agências, veículos de comunicação e elos digitais, atuando como emulador de boas práticas e centro de debates, promovendo o diálogo e a colaboração entre os diferentes atores da indústria. Entre suas atribuições, destaca-se a certificação de agências de publicidade.

“Publicidade e mercado financeiro são dois pilares da economia e referências globais em suas áreas. Ambos têm na autorregulação a base para garantir ética, transparência e livre concorrência. Essa parceria mostra que a autorregulação é, acima de tudo, um instrumento de desenvolvimento para a economia brasileira”, afirma Luiz Lara, presidente do Cenp.

A escolha de Brasília para sediar o evento de assinatura do acordo foi simbólica, com o intuito de aproximar a agenda da autorregulação do poder público. A intenção é evidenciar como a autorregulação pode contribuir de forma técnica e colaborativa para o aprimoramento das práticas de mercado.

Fonte: Anbima, em 11.12.2025.